
**CÂMARA TÉCNICA DE ANÁLISE DE PROJETO – CTAP
DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH
ATA DA 58ª REUNIÃO**

Data: 12 de junho de 2007

Local: Auditório da SRHU/MMA, Brasília - DF.

REPRESENTANTES:

- Ministério do Meio Ambiente – SRHU Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente – ANA: Joaquim Gondim (joaquim@ana.gov.br)
- Ministério dos Transportes – MT: Fred Crawford Prado (fred.crawford@transportes.gov.br)
- Ministério da Saúde – MS: Jailma Marinho Oliveira (jailma.oliveira@funasa.gov.br)
- Ministério das Cidades – MC: Charles da Silva Aguiar (charlesen6@unb.br)
- Ministério da Integração Nacional – MI: Daniel Sosti Perini (dsperini@gmail.com)
- Ministério da Defesa – MD: Conselheiro Marco Aurélio Guimarães (adj3saei1@eme.eb.mil.br)
- Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT: Jaime Felício Paulo (jpaulo@mct.gov.br)
- Ministério de Minas e Energia – MME: Conselheiro Eduardo de Freitas Madeira (madeira@mme.gov.br)
- Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP: Willibaldo Brás Sallum (willibaldo@seap.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – DF/GO: ausente
- Setor Hidroviário: ausente
- Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Sérgio Dias Canella (scanella@furnas.com.br)
- Comitês de Bacias Hidrográficas: Renato Crivelenti (bpg@daee.gov.sp.br)
- Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: ausente
- Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Marco Aurélio Holanda de Castro (marco@ufc.br)
- Organizações Não Governamentais: Conselheira Thereza Cristina Pereira de Castro (tcspcastro@yahoo.com.br)

DEMAIS PRESENTES:

- Danilo Lopes Marques da Silva – FURNAS (dlms@furnas.com.br)
- João Clímaco Soares – Conselheiro – ONG (climaco@uai.com.br)
- José Vicente Miranda Regina – TRACTEBEL (jvicente@tractebelenergia.com.br)
- Luciano Meneses Cardoso da Silva – ANA (lmenezes@ana.gov.br)
- Márcio da Rosa Magalhães Bessa – SRHU (marcio.bessa@mma.gov.br)
- Martha Regina V. B. Sugai – COPEL (martha.sugai@copel.com)
- Miguel Antonio Madeira Araújo – CONFEA (miguel.madeira@confea.org.br)
- Roberto Alves Monteiro – SRHU (roberto.monteiro@mma.gov.br)

RELATORIA:

- Aureliano Cesar Martins Silva (SRHU/MMA) – aureliano-cesar.silva@mma.gov.br

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Item 1 – Abertura. No dia 12 de junho de 2007, com início às 9h30, a Câmara Técnica de Análise de Projeto – CTAP realizou a sua 58ª reunião, em Brasília/DF, convocada há 12 dias, sob a presidência do Sr. **Julio Thadeu Kettelhut (SRHU/MMA)**, tendo como relator o Sr. Aureliano Cesar Martins Silva, da Secretaria Executiva do CNRH. Após os cumprimentos de praxe o Sr. **Julio Thadeu Kettelhut (SRHU/MMA)**, informou e justificou a retirada de pauta

53 dos itens 3 e 5.1. Informou também a realização dos eventos do Aquífero Guarani em Ribeirão
54 Preto/SP, com a participação da CTAS e do Encontro Trinacional em Foz do Iguaçu/PR, com a
55 participação da CTEM e da CTGRHT. A seguir passou ao [Item 2 – Aprovação das atas - 56ª e](#)
56 [57ª Reuniões CTAP](#) e abriu a palavra aos presentes, primeiramente para as observações a
57 respeito da Ata da 56ª Reunião CTAP. O **Sr. Marco Aurélio Holanda (OTEP)** solicitou
58 correções nas linhas 47 e 49. O **Sr. Fred Crawford (MT)** solicitou nova redação entre as linhas
59 149 a 158 e 259 a 267, cujos textos leu e encaminhou à mesa. Não havendo mais manifestações
60 o **Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRHU/MMA)**, Presidente da CTAP, considerou aprovada a Ata
61 da 56ª Reunião da CTAP com as modificações solicitadas. Então, lembrou que a Ata da 57ª
62 Reunião referia-se à participação na Oficina para Detalhamento do Plano Nacional de Recursos
63 Hídricos e a submeteu à apreciação dos participantes, que a aprovaram sem alterações. Para o
64 [Item 4 – Análise do Documento Básico sobre Vazão Ecológica](#) convidou a Sra. Martha Sugai
65 (COPEL) para apresentar a matéria. A **Sra. Martha Sugai (COPEL)** disse que o documento
66 continha as contribuições apresentadas pelos representantes da ANA e do Setor Elétrico. A
67 seguir, leu, comentou e apresentou argumentos e justificativas para cada item incluído no texto,
68 estruturado em três capítulos: I – Base Legal. Um conteúdo histórico de toda a legislação sobre
69 recursos hídricos, desde o Código das Águas de 1934 até as atuais deliberações do CNRH; II –
70 Conceitos. Uma compilação da nomenclatura utilizada, que demonstra a inexistência de
71 consenso no assunto e relaciona todos os conceitos apresentados nas reuniões da CTAP e, III –
72 Definição das Vazões Mínimas a serem mantidas em pontos de controle. Uma sugestão de
73 procedimentos básicos no estabelecimento de restrições para a manutenção de vazões mínimas,
74 tanto para a preservação da natureza quanto ao atendimento dos múltiplos usos. Enfatizou os
75 principais pontos a serem discutidos, a começar pela visão do meio ambiente, mais ecológica e a
76 de recursos hídricos, mais voltada para os usos múltiplos da bacia. Temporalmente, destacou os
77 três classes de restrições sugeridas, permanente, temporária ou sazonal e esclareceu que os
78 procedimentos sugeridos poderiam ser adotados em qualquer ponto do curso d'água e não apenas
79 à jusante das barragens. Finalmente, alertou para a amarração necessária entre a definição da
80 restrição, os atos de outorga e o licenciamento ambiental. O **Sr. Julio Thadeu Kettelhut**
81 **(SRHU/MMA)** agradeceu e parabenizou a Sra. Martha Sugai (COPEL) pelo excelente trabalho
82 realizado, retratando todas as discussões e contribuições apresentadas nas reuniões anteriores
83 sobre o tema. Ressaltou a dificuldade de trabalhar esse assunto, não somente na CTAP, mas em
84 escala mundial. Confessou seu pensamento inicial em quantitativos, ou seja, o estabelecimento
85 de uma fórmula para a definição de uma vazão ou volume de água. Mas atualmente consideraria
86 como melhor solução a divisão do tema em duas etapas. A primeira seria a definição do conceito
87 pelo CNRH, que facilitaria elaboração da segunda etapa que trataria dos procedimentos para
88 estabelecer os quantitativos. Disse que tenderia a concordar com a proposta da ANA nesse
89 sentido. Quanto aos nomes sugeridos, julgou Vazão Mínima mais adequada às competências do
90 CNRH e Vazão Ecológica mais voltada às ações do CONAMA. Sugeriu adequação do texto para
91 que o estabelecimento desses procedimentos ocorra na fase de EIA/RIMA e abriu a palavra aos
92 presentes para suas observações. O **Sr. Sérgio Canella (Concessionárias)** gostou das definições
93 apresentadas, mas advertiu para que as variações da natureza ou das vazões naturais muitas vezes
94 imprevistas (por exemplo vazão natural menor que a mínima estabelecida), possam ser
95 absorvidas ou atenuadas com o estabelecimento de procedimentos flexíveis, para que ninguém
96 não seja penalizado por isso. O **Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRHU/MMA)** concordou com a
97 observação e ponderou que esse destaque poderia ser dado no momento de definição dos
98 procedimentos quantitativos com a inclusão de um artigo para o atendimento da proposta. O **Sr.**
99 **Fred Crawford (MT)** considerou o trabalho excelente e apresentou duas sugestões. Primeira,
100 não chamar de vazão mínima, talvez remanescente, suporte ou qualquer outro nome. Porque de
101 fato não seria a mínima e poderia causar confusão, quando abaixo da mínima ainda existiriam
102 outras vazões, como a ecológica. Segunda, considerando que o uso da navegação não se soma
103 aos usos consuntivos, como também não se preocupa com a qualidade da água, deve-se separar
104 os conceitos por usos, consuntivos e não consuntivos. O **Sr. Marco Aurélio Holanda (OTEP)**

105 também considerou o trabalho bem feito quanto aos conceitos apresentados. Ressaltou que o
106 problema está na quantificação e essa seria a grande contribuição da CTAP, segundo seu
107 entendimento. Discordou do estabelecimento de uma vazão constante, porque a vazão ecológica
108 também muda, com a natureza e em função de uma série de fatores externos que acabam
109 afetando a vazão e as espécies de vida. **Sra. Martha Sugai (COPEL)**, em resposta e
110 esclarecimento às observações levantadas, apresentou as seguintes ponderações. Em relação à
111 definição do conceito já vem procurando melhorar essa questão a partir da Resolução CNRH nº
112 16. Quanto à determinação dos quantitativos, disse que hoje não dispomos capacidade técnica
113 suficiente para isso e teríamos que discutir isso com uma base técnica mais sólida, com a
114 participação dos órgãos de pesquisa e fomento em um seminário. Concordou que seria o grande
115 desafio e a grande incógnita a serem resolvidos. Quanto à vazão ecológica mutável disse que
116 depende de como interpretar a questão, porque na verdade, quando nos referimos aos cursos de
117 recursos hídricos estamos falando em vazão de diluição, portanto muitas dessas questões,
118 qualidade e poluição difusa por exemplo, estariam dentro dessa área de recursos hídricos e
119 estariam contempladas nessa proposta. O **Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRHU/MMA)**
120 acrescentou que na definição proposta ainda faltam as variáveis tempo e espaço em função das
121 variações conforme o trecho do rio e também com as mudanças do clima, muito bem abordadas
122 pelo hidrograma ecológico do Prof. Walter Collischonn. A **Sra. Martha Sugai (COPEL)**
123 respondeu que isso estaria contemplado quando da definição da vazão sazonal proposta no
124 documento. O **Sr. Roberto Monteiro (SRHU/MMA)** demonstrou preocupação porque estaria
125 havendo um certo distanciamento do foco principal que seria o processo de gestão, no qual
126 vazão ecológica e vazão remanescente são pontos básicos fundamentais. Justificou sua
127 observação porque se focarmos a discussão apenas nas vazões seria necessário abordar outros
128 fóruns como o Congresso Nacional e os tratados internacionais. Disse que levantou essa questão
129 para demonstrar a complexidade do processo, porque na verdade a intenção seria demonstrar a
130 necessidade da base de dados para fazer o processo de gestão. Manifestou sua concordância com
131 a conotação de relacionamento da vazão ecológica ao CONAMA e sua discordância com a
132 proposta de separação das vazões de acordo com o uso ou demanda, porque essas demandas de
133 vazão, para irrigação, navegação, energia elétrica entre outras, são componentes do processo de
134 gestão e não seria esse o problema principal, mas sim a necessidade de um instrumento que
135 associe ao risco previsto nesse processo. O objetivo seria estabelecer a condição crítica, o
136 mínimo a ser alocado em função de uma linha de corte, com uma margem de segurança ou
137 garantia, que poderíamos chamar de vazão de gestão para alocação de água. Dentro dela estaria a
138 vazão ecológica, mas para esta não teríamos competência para seu estabelecimento. Discutiu-se
139 ainda os prós e contras de cada conceito, mínima, remanescente, de referência, entre outras. O
140 **Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRHU/MMA)** afirmou que as preocupações são válidas, mas
141 entende que na medida em que for definido o conceito essas dúvidas serão esclarecidas. Sugeriu
142 o encaminhamento das definições propostas no documento e a elaboração da proposta de
143 resolução para a definição do conceito. O **Sr. Eduardo Madeira (MME)** reportou-se à
144 realização do congresso de limnologia, cujo tema central seria a vazão ecológica e sugeriu o
145 avanço dessa definição para possibilitar a sua apresentação nesse evento. O **Sr. Julio Thadeu**
146 **Kettelhut (SRHU/MMA)** ponderou que poderia haver um retorno à discussão já superada nesta
147 câmara, ou seja, voltar a discussão de vazão ecológica e de preservação de determinada espécie.
148 Reiterou o encaminhamento dos conceitos propostos no documento, com as contribuições
149 apresentadas e a elaboração da respectiva minuta de resolução, numa primeira etapa. Numa
150 segunda etapa, a elaboração de outra proposta de resolução contendo a indicação dos
151 procedimentos quantitativos. A **Sra. Martha Sugai (COPEL)** lembrou da relação desse tema
152 com a CTPOAR e sugeriu a participação dessa câmara no trabalho. O **Sr. Julio Thadeu**
153 **Kettelhut (SRHU/MMA)** considerou que o momento oportuno para essa interface seria
154 convidar a CTPOAR para uma reunião conjunta, após vencidas as etapas da CTAP na elaboração
155 das propostas de resolução. No encaminhamento final a **Sra. Martha Sugai (COPEL)** ficou
156 encarregada da conclusão dos documentos, contando com a colaboração dos demais membros da

157 CTAP. [Item 5 – Análise de Encaminhamentos – 5.2. Proposta de criação do GT para](#)
158 [acompanhar, monitorar, avaliar e sugerir providências relativas à UHE Estreito.](#) O **Sr. João**
159 **Clímaco (ONG)** iniciou a apresentação da matéria informando as dificuldades já estabelecidas
160 na região, constantes no relatório elaborado a partir da Assembléia Legislativa do Estado do
161 Maranhão e a preocupação para minimizar os impactos sempre existentes nesse tipo de
162 empreendimento, localizado em um rio de domínio da União estratégico por abranger vários
163 estados e ainda sem comitê de bacia. Disse que a Sra. Theresa Cristina (ONG) faria a
164 apresentação e solicitou esclarecimentos sobre qual encaminhamento seria dado pelo Presidente
165 da CTAP. O **Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRHU/MMA)** enfatizou a abrangência do
166 documento, que aborda questões como EIA/RIMA e licenciamento ambiental, não afetos ao
167 CNRH/CTAP. Solicitou a todos que restringissem as análises às atribuições do sistema de
168 recursos hídricos, especialmente aos apresentadores para que procurassem situar o problema no
169 âmbito do CNRH, para decidir sobre a sua inclusão na pauta da CTAP. O **Sr. João Clímaco**
170 **(ONG)** ratificou sua convicção de ser um problema a ser discutido no âmbito da câmara técnica
171 do CNRH pelas razões já elencadas anteriormente e também pela inexistência de instrumentos e
172 instâncias de gestão dentro da legislação o que torna o CNRH o ator mais importante no
173 atendimento dos anseios da sociedade. A **Sra. Theresa Cristina (ONG)** disse ter recorrido ao
174 CNRH para a população se ver respaldada, uma vez no Estado do Maranhão o sistema de
175 recursos hídricos ainda não encontra-se regulamentado e implementado, que aliado a falta de
176 vontade política torna um atrativo fácil para empreendimentos. No caso específico da UHE-
177 Estreito, disse que os problemas seriam muitos, todos elencados no documento da Assembléia
178 Legislativa, que representaria um pedido de socorro, uma vez que vários Termos de Ação e
179 Conduta – TAC não foram cumpridos e honrados, a exemplo da falta das eclusas no projeto de
180 engenharia. Disse que a população encontra-se cansada de assistir o Estado ser acometido de
181 vários episódios trágicos com conseqüências enormes e na condição de conselheira julga o
182 CNRH como o ente capaz de ouvir, elucidar e dar uma resposta à sociedade. O **Sr. Julio Thadeu**
183 **Kettelhut (SRHU/MMA)** abriu a discussão do assunto concedendo a palavra ao **Sr. Fred**
184 **Crawford (MT)** que afirmou que, no âmbito do Ministério dos Transportes, essa barragem
185 ainda não estaria totalmente digerida pela falta das eclusas. Ressaltou que a questão hidroviária,
186 neste caso, não dependeria apenas do Governo Federal, porque existem trechos em que os
187 governos dos Estados do Maranhão e Tocantins deveriam se posicionar para garantir o direito de
188 ir e vir, como no percursos denominado Estreito-Carolina, onde existe a navegação estadual
189 obstruída pela construção da barragem. Destacou a tradicional vocação da região para a
190 navegação retratada nos nomes de muitos municípios, como Porto Nacional-TO e Porto Franco-
191 MA. Considerou crime a construção da barragem de Estreito sem eclusa, por estar localizada
192 entre outras duas Tucuruí-PA e Lajeado-TO com projetos de eclusas em andamento. Disse que a
193 questão não se prenderia apenas ao custeio das obras e sim na execução concomitante do projeto
194 barragem/eclusa, como uma forma de planejamento integrado visando atender aos múltiplos usos
195 dos recursos hídricos e não somente à geração de energia pelo setor elétrico. Reportou-se à
196 Moção CNRH nº 8, de 2001 dirigida ao Ministro de Minas e Energia, ao Ministro dos
197 Transportes, ao Diretor Presidente da Agência Nacional de Águas - ANA e ao Diretor Presidente
198 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para que seja atendido o princípio dos usos
199 múltiplos das águas, estabelecido na Lei nº 9.433, de 1997, mediante o planejamento integrado,
200 no sentido de que sejam asseguradas a implantação, operação e manutenção dos meios de
201 transposição, eclusas, nos aproveitamentos hidrelétricos, como o posicionamento do CNRH
202 sobre o assunto, não observado neste caso da UHE-Estreito. O **Sr. Eduardo Madeira (MME)**
203 afirmou que os empreendimentos hidrelétricos não são propriedades do empreendedor e sim da
204 União, que concede uma concessão por determinado período, por isso é um ato de governo e não
205 da iniciativa privada. Entende da mesma forma a construção de uma eclusa, que antes de tudo
206 também é um ato de governo e não uma decisão do empreendedor, nem do Ministério de Minas
207 e Energia cuja a atribuição seria a de geração de energia. Considera os comentários aqui
208 apresentados são resultantes da falta de uma política de governo para a construção de eclusas e

209 nesse sentido deve ser tratado. Afirmou que não há dificuldade técnica ou de engenharia para a
210 colocação de eclusa em qualquer barragem de aproveitamento hidrelétrico, mas sem essa decisão
211 política do governo não haveria como obrigar o empreendedor a construir a eclusa. Seria uma
212 questão a ser discutida em outro nível, porque se não há o projeto da eclusa seria porque houve
213 falha de algum ente governamental. O **Sr. José Vicente Miranda (TRACTEBEL)** manifestou-
214 se inicialmente sobre as considerações do representante do Ministério dos Transportes e disse
215 que as alegações procuram transferir ao empreendedor a responsabilidade da construção da
216 eclusa, quando em sua opinião estaria faltando mais diálogo na esplanada, entre os ministérios
217 envolvidos no projeto. Disse que todos têm a noção da importância do transporte multimodal
218 mas o que estaria faltando seria uma política de transporte coerente com o desenvolvimento do
219 país. Quanto ao documento encaminhado pelos representantes da sociedade civil, denominado
220 Agenda Positiva, questionou sua autoria por um assessor da Assembleia Legislativa do Estado e
221 por não constatar nenhuma assinatura dos deputados estaduais. Criticou as situações
222 contraditórias com a própria legislação nacional que definiu e credenciou a exploração do
223 potencial hidráulico em Estreito, bem como sua abordagem abrangente, desde situações
224 localizadas e regionais até questões nacionais como as eclusas e os parques, que envolvem as
225 políticas nacionais de transportes e de meio ambiente, respectivamente. Julgou equivocado o
226 encaminhamento desse assunto à CTAP porque os empreendimentos do setor elétrico são
227 regulados por legislação específica, além de sofrerem rigoroso monitoramento e fiscalização,
228 especialmente nas questões ambientais e sociais. Quanto à imputação de recusa por parte do
229 consórcio em atender essas questões citou os acordos assinados com dez dos doze municípios
230 atingidos pela barragem e os 42 programas de cunho social apoiados pelo consórcio como prova
231 contrária. Acrescentou que o envolvimento ocorre com a participação das Secretarias de Estado e
232 não com a Assembleia Legislativa. Refutou o conteúdo do documento por caracterizar-se por
233 uma miríade confusa de pontos levantados concluindo pela proposta de criação de um grupo de
234 acompanhamento para um empreendimento totalmente regulado, monitorado e fiscalizado pelos
235 órgãos competentes do Poder Público. A **Sra. Theresa Cristina (ONG)** contestou as
236 manifestações nos seguintes pontos: a questão financeira e a falta de projeto ou decisão política
237 para a construção da eclusa seriam argumentações emblemáticas e inadmissíveis; repudiou o
238 tratamento pejorativo dado ao Chefe da Assessoria de Planejamento Estratégico da Assembleia
239 Legislativa autor do documento Agenda Positiva; os empreendedores não seriam tão acessíveis
240 como têm afirmado, porque como Conselheira do CNRH e coordenadora da rede de gestão
241 integrada do Banco da Amazônia não conseguiu ser atendida pelo diretor de meio ambiente do
242 consórcio; desconhece a participação da sociedade civil (ONG, CREA-MA e Universidades) no
243 processo porque haveria um estresse nas relações; o apoio oferecido pelo empreendedor seria
244 para a construção de escola e aquisição de computadores não atendendo a demanda social no
245 sentido de receber investimentos geradores emprego, renda e melhores condições de vida, a ser
246 definido em um espaço de ampla discussão sob um novo paradigma que não foi proposto e nem
247 implementado. O **Sr. Marco Aurélio Holanda (OTEP)** disse que gostaria de emitir uma opinião
248 a mais imparcial possível diante da controvérsia constatada, após o acalorado debate. Quanto à
249 pertinência do assunto à competência do CNRH/CTAP considerou assunto de caráter jurídico,
250 entretanto não se furtaria em opinar favoravelmente à inclusão na pauta de discussão da CTAP,
251 desde que ressaltado o caráter jurídico desse assunto. O **Sr. João Clímaco (ONG)** destacou a
252 importância da proposta do GT, bem como sua exatidão. Contestou a visão separatista
253 observada nas discussões, onde cada ministério seria tratado como ente autônomo e não como o
254 Governo Federal como um todo. Da mesma forma os conselhos de recursos hídricos e de meio
255 ambiente que estariam sendo desqualificados de sua dimensão de conselho de estado, diante
256 desse comportamento de consenso ou convergência somente quando a matéria atende aos
257 interesses individuais. Reiterou a necessidade de uma gestão integrada para oferecer soluções à
258 sociedade. Rechassou todas as manifestações fundamentadas nesses argumentos de transferência
259 de responsabilidade. O **Sr. Fred Crawford (MT)** reportou-se ao CONIT, um conselho de
260 ministros no âmbito do Ministério do Transporte. Lamentou que seu funcionamento não seja

261 semelhante ao CNRH, porque lá essas discussões técnicas inexistem, motivo pelo qual esses
262 problemas tenham acontecido. Disse que as esperas para eclusas previstas nos projetos não se
263 coadunam com o espírito de racionalidade da Lei 9433, porque não permite a discussão do
264 arranjo da barragem, a exemplo da barragem de Lajeado. Concordou com a proposta do GT, mas
265 recomendou que tenhamos em mente a elaboração de uma proposta de resolução para produzir
266 efeitos e orientar a ANA e a ANEEL a rever e resolver o problema das eclusas. Nesse momento,
267 devido ao adiantado da hora e a pauta ainda a ser cumprida, o **Sr. Julio Thadeu Kettelhut**
268 **(SRHU/MMA)** solicitou aos inscitos que se manifestassem com maior brevidade. Em
269 atendimento à solicitação, manifestaram-se ainda: o **Sr. Miguel Madeira (CONFEA)** sobre a
270 participação da ANTAQ nesse processo; a **Sra. Martha Sugai (COPEL)** relatou as atividades
271 do GT-Eclusas nesta câmara e opinou sobre a não pertinência do CNRH para avaliar a
272 compensação ambiental; o **Sr. Sérgio Canella (Concessionárias)** externou sua preocupação
273 com a abrangência do texto e sugeriu que se o GT for criado, restrinja sua atuação aos recursos
274 hídricos; O **Sr. Roberto Monteiro (MMA)** manifestou opinião sobre a questão da compensação
275 e licenciamento ambiental, atribuições do CONAMA/IBAMA; o **Sr. João Clímaco (ONG)**
276 ratificou sua manifestação anterior contrária à visão separatista demonstrada nas manifestações
277 anteriores. O **Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRHU/MMA)** procurou resumir os diversos pontos
278 debatidos e preliminarmente considerou dois deles, a eclusa e a participação social, dentro das
279 atribuições da CTAP. Sugeriu que dois ou três membros da CTAP fizessem uma análise mais
280 detalhada para a identificação de outros pontos de nossa competência. O **Sr. Joaquim Gondim**
281 **(ANA)** identificou duas vertentes nos assuntos discutidos. 1) A questão da eclusa rebate em
282 outros projetos e não só neste. Citou o PLS em tramitação no Congresso Nacional, com uma
283 visão mais ampla. Sugeriu analisar e propor sugestões. 2) O papel da ANA, a sistemática de
284 trabalho, a consulta formal ao MT, a possibilidade de mexer no projeto seria no momento da
285 análise ANA/MT, que possuem o maior conhecimento. Apresentou duas propostas: a) discutir a
286 questão mais ampla da eclusa e analisar o PLS; b) discutir a falta do comitê de bacia e do plano
287 de bacia, no Plano de Ação para a Bacia do rio Tocantins, atualmente em elaboração na ANA. O
288 **Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRHU/MMA)** encaminhou pela criação do GT, com prazo até a
289 próxima reunião, com quatro objetivos: a) focar nas questões de recursos hídricos; b) convidar o
290 autor ou representante para apresentar e discutir o PLS nº209/2007; c) convidar a ANA para
291 apresentar o seu plano e ação para a bacia do rio Tocantins, e d) preparar a resposta à sociedade.
292 Definir a composição do GT com Sra. Theresa Cristina (ONG), Sr. Eduardo Madeira (MME), Sr.
293 José Vicente (TRACTEBEL), Sr. Fred Crawford (MT), Sr. Marco Aurélio Holanda (OTEP).
294 Apresentar as primeiras atividades na próxima reunião da CTAP. O **Sr. João Clímaco (ONG)**
295 ficou encarregado de preparar a minuta de resposta à sociedade. Concluído o assunto, o **Julio**
296 **Thadeu Kettelhut (SRHU/MMA)** passou ao item [5.3. Proposta de resolução sobre a criação do](#)
297 [Cadastro Nacional de Conflitos e Demandas Sócioambientais](#) e convidou o **Sr. João Clímaco**
298 **(ONG)** para apresentar a matéria. O **Sr. João Clímaco (ONG)** disse que a proposta de resolução
299 traz as demandas concretas da sociedade. Disse que o fato da divulgação de todas as atas das
300 câmaras técnicas, em rede de internet da sociedade civil, repercutiu positivamente, com várias
301 manifestações e sugestões, que consubstanciariam as propostas que o segmento tem
302 encaminhado. Falou que entre as principais demandas da sociedade estariam os conflitos pelo
303 uso da água e as denúncias de poluição e contaminação dos recursos hídricos. Afirmou que no
304 caso dos conflitos, os empreendedores procuram informações sobre a existência ou não de
305 interesses diversos de usos múltiplos para decidir sobre o local do empreendimento. Justificou
306 que a criação do cadastro proposto seria uma grande prestação de serviço à sociedade brasileira.
307 Na discussão do assunto, a **Sra. Martha Sugai (COPEL)** disse se preocupar com a falta de
308 informações para a montagem do cadastro e sugeriu um convite à ANA para apresentar o
309 Sistema de Informações. Ficou em dúvida quanto ao que significaria dados socioambientais, para
310 não serem confundidos com processos judiciais. O **Sr. Roberto Monteiro (MMA)** apoiou
311 justificando que o cadastro existente na ANA seria o cadastro socioambiental. O **Julio Thadeu**
312 **Kettelhut (SRHU/MMA)** considerou a idéia interessante, mas ponderou sobre os custos dessa

313 atividade e a responsabilidade de alimentação, manutenção, facilidade de acesso e local de
314 implantação. Disse que em qualquer situação deveria haver o relacionamento com o sistema de
315 informações mantido pela ANA. No encaminhamento da matéria, houve consenso em convidar
316 a ANA para apresentar seu sistema de informações e depois analisar a proposta de resolução.
317 Concluído o assunto, o **Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRHU/MMA)** passou ao item [Item 6 –](#)
318 [Assuntos Gerais](#). Informou sobre as recentes mudanças na estrutura da SRHU, a sua decisão
319 pessoal de assumir outra atividade no Gabinete do Secretário e conseqüentemente deixar as
320 atualmente exercidas como conselheiro no CNRH e presidente das câmaras técnicas CTAP e
321 CTIL. Agradeceu a colaboração de todos nesses anos em que foi Presidente da CTAP. Ressaltou
322 a oportunidade ímpar que teve de compartilhar com os demais colegas na discussão de assuntos
323 de alta relevância para a gestão de recursos hídricos no Brasil. Agradeceu a vontade que todos os
324 participantes da CTAP, representantes e convidados, tiveram na busca de consensos, mesmo nos
325 assuntos mais polêmicos. Ressaltou a necessidade de ter sempre como guia nas deliberações da
326 CTAP e do CNRH os princípios básicos que definiram a Lei nº 9433, em particular a
327 descentralização e democratização. Também comentou que as reuniões das câmaras técnicas do
328 CNRH são de importância vital para a implementação do SINGREH, uma vez que as decisões
329 que nelas ocorrem vêm a criar clima de confiança entre os atores, condição essencial para mudar
330 procedimentos culturais estabelecidos como, entre outras, as decisões centralizadas e
331 tecnocráticas. A seguir, abriu a palavra para os informes finais. O **Sr. Marco Aurélio Holanda**
332 **(ONG)** falando em nome de todos, enalteceu a dedicação, a competência e a condução
333 democrática, isenta e imparcial, do Sr. Julio Thadeu Kettelhut no exercício da presidência da
334 CTAP, desejando-lhe sucesso na nova atividade. Anunciou a realização do Simpósio da ABRH e
335 estendeu convite à CTAP para realizar sua reunião nesse evento. [Item 7 – Encerramento](#). Nada
336 mais havendo a tratar, o **Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRHU/MMA)** agradeceu a todos pela
337 presença e encerrou a 58ª Reunião da CTAP às 13h45m.

338 **RESUMO DA REUNIÃO:**

- 339 – Aprovação das atas - 56ª e 57ª Reuniões CTAP;
- 340 – Apresentação: Rio dos Sinos – retirada de pauta;
- 341 – Análise do Documento Básico sobre Vazão Ecológica – a Sra. Martha Sugai e outros ficaram
- 342 encarregados de adequar o documento às sugestões apresentadas e reapresentá-lo na próxima
- 343 reunião, com a proposta de resolução;
- 344 – proposta de resolução sobre projetos de interligação de bacias – retirada de pauta;
- 345 – proposta de criação do GT para acompanhar, monitorar, avaliar e sugerir providências
- 346 relativas à UHE Estreito – foi criado o GT com composição, objetivos e atribuições
- 347 definidos;
- 348 – proposta de resolução sobre a criação do Cadastro Nacional de Conflitos e Demandas
- 349 Sócioambientais – será analisada na próxima reunião, após a apresentação do Sistema de
- 350 Informações, pela ANA;

351 ATA APROVADA NA 59ª REUNIÃO, EM 19/09/2007

352
353
354 Julio Thadeu Silva Kettelhut
355 Presidente da CTAP

Aureliano Cesar Martins Silva
Relator da CTAP